

3

Gênero e maturidade

Com o intuito de aprofundarmos o tema da experiência feminina ao vivenciar uma separação amorosa já num estágio mais avançado de vida, neste capítulo versaremos sobre os aspectos relacionados ao gênero e à maturidade. Primeiramente traçaremos a trajetória da mulher em relação às questões de gênero, suas dificuldades, ambiguidades e desafios. Em seguida, contextualizaremos o processo do envelhecimento na contemporaneidade, temática que ganha cada vez mais espaço nos trabalhos acadêmicos. Mais adiante, investigaremos a maneira pela qual a meia-idade incide, principalmente sobre a mulher, no tocante às questões psicológicas, biológicas e culturais nessa fase do ciclo vital.

3.1

Redefinindo os papéis de gênero

O termo “gênero”, que na gramática é utilizado para designar indivíduos de sexos diferentes, ao ser empregado por teóricas(os) e estudiosas(os) sobre mulheres e sobre feminismo, no final da década de 1960, adquiriu novos significados. O gênero passou a se situar também na esfera social sob a ótica de uma compreensão sócio-histórica e não mais no determinismo biológico, como definidor exclusivo das diferenças entre o homem e a mulher. De acordo com Goldenberg (2000), “os estudos de gênero questionam a ideia de natureza feminina (e masculina) e reforçam a concepção de que as características atribuídas à mulher (e ao homem) são, na verdade, socialmente construídas” (p. 15).

O feminismo surgiu dentro de um cenário de profundas mudanças ocorridas na Europa Ocidental no século XVIII, mas ganhou uma maior visibilidade em grande parte do mundo desenvolvido a partir de 1960. Goldenberg e Toscano (1992), definem o movimento feminista como uma “ação organizada de caráter coletivo que visa mudar a situação da mulher na sociedade eliminando as discriminações a que ela está sujeita” (p. 17).

Em um primeiro momento, as mulheres reivindicavam não só a igualdade jurídica e o direito ao voto, mas também a equiparação de salários. Essas exigências se justificavam devido à crescente industrialização, período em que as mulheres iam abandonando cada vez mais seus lares para se empregarem como assalariadas nas indústrias e oficinas. Após a Segunda Guerra Mundial, o feminismo ressurgiu com vigor redobrado. Assim, já não se tratava mais de conquistar direitos civis para as mulheres, e sim de descrever sua condição desfavorável regida por uma cultura masculina e de revelar os mecanismos psicológicos e psicossociais dessa marginalização. Conhecida como “segunda onda”, esse movimento foi regido sob a influência de obras, como “*O segundo Sexo*” em 1949 da francesa Simone de Beauvoir, e “*A mística feminina*” em 1963 da americana Betty Friedan.

No Brasil, o movimento feminista tomou forma no final de 1970 e início dos anos 1980 (período que coincide com o processo de redemocratização do país). Apesar de ter por base uma série de questões econômicas e políticas, o movimento só se desenvolveu no país em função de seu ambiente propício. As mulheres sentiam-se isoladas e desvalorizadas, conforme percebiam a crescente desqualificação de suas tradicionais tarefas domésticas. A partir da década de 1980, as mulheres e suas reivindicações chamaram a atenção do país, ganhando espaço nos meios acadêmicos, programas de televisão, revistas femininas, debates públicos, dentre outros. Discutiam temáticas como a discriminação salarial, a dupla jornada de trabalho, direito ao prazer e denúncias contra violência. A partir daí, diversas foram as conquistas das mulheres, permitindo não só uma libertação de velhos estereótipos masculinos e femininos, como também o desenvolvimento de novas formas de se relacionar na vida afetivo-sexual, na família, no casamento e no trabalho.

Pode-se afirmar que a partir da segunda metade do século XX, os pilares fundamentais das diferentes culturas descritas como patriarcais começaram a ser rompidos: foram diversas as vitórias femininas, como o combate à divisão sexual do trabalho, e a desvinculação da sexualidade da reprodução. Desde então, as relações de gênero vêm se transformando a partir de novas funções que a mulher assume. O espaço público, que era predominantemente masculino, com o passar do tempo se tornou cada vez mais ocupado por mulheres. Papéis sociais que antes

eram exclusivos aos homens, como, por exemplo, o de provedor financeiro da família, já são desempenhados pelo gênero feminino em diversos contextos (Féres-Carneiro, 1995, 2001; Jablonski, 1998; Goldenberg, 2000; Araújo, 2009).

Os métodos contraceptivos, além de contrair o tamanho das famílias, foram, especialmente para as mulheres, “uma libertação final para a sexualidade” (Giddens, 1993, p. 37). Acontece de fato uma desvinculação do sexo com as exigências de reprodução, gerando também uma grande queda na taxa de natalidade. Assim, as mulheres, a partir do século XX, não precisaram mais guardar sua virgindade para o casamento, e o sexo passou a ser “‘propriedade’ potencial do indivíduo” (Giddens, 1993, p. 37). McGoldrick (1995) acrescenta que, desde então, “os homens e as mulheres, como nunca antes, estão fazendo sexo mais cedo e casando mais tarde” (p. 185), o que resulta numa mudança drástica do lugar do casamento dentro do ciclo de vida.

A história da mulher no mercado de trabalho, no Brasil, está fundamentada, principalmente, em dois aspectos: a queda da taxa de fecundidade e o aumento do nível de instrução (Alves, 2004). Estes fatores vêm ocasionando a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho e a elevação de sua renda. A emancipação feminina fez então, com que a realização pessoal não fosse mais depositada unicamente na construção de família e no cuidado do lar, mas também na busca do sucesso profissional e do ganho de autonomia. As mulheres preocupam-se com seu investimento educacional, tornando os casamentos cada vez mais tardios e com um menor número de filhos - em 2009, observou-se que, para os homens, a idade média no primeiro casamento foi de 29 anos e, para as mulheres, 26 anos, enquanto que a faixa etária nos anos de 1999 era de 27 e 24 anos respectivamente (IBGE, 2009).

Rocha-Coutinho (2003, 2009) fala de um dilema pelo qual a mulher, por um lado, passa diante do exemplo tradicional de boa mãe e esposa aprendido com as outras gerações, e, por outro, do modelo mais recente da mulher trabalhadora, executiva, preocupada com sua carreira, internalizado através do discurso da sociedade atual. A escolha precisa ser feita, sendo na maioria das vezes carregada de culpa por estar em um desses dois padrões. A mulher que escolhe o cuidado da família pode se sentir à margem da sociedade, com um sentimento de vazio e solidão. A outra, que opta por priorizar a carreira, é possível que se culpabilize por

não estar perto dos filhos, podendo também carregar certa parcela de responsabilidade na crise do seu casamento (Jablonski, 1998). Já existem estudos que mostram a correlação entre a taxa de participação feminina no mercado de trabalho e a taxa de divórcio, ou seja, “quanto mais mulheres trabalham fora de casa, maior o número de separações” (p. 23).

Apesar do discurso igualitário da sociedade - que aparentemente defende os mesmos direitos para ambos os gêneros - na prática, ainda permanece uma discrepância entre o discurso modernizante e o comportamento efetivo (Jablonski, 1998, 2007; Cyrino, 2009). Biasoli-Alves (2000) acredita que os valores mais conservadores mantiveram-se encobertos, apesar da conquista das mulheres do direito à escolarização e ao trabalho remunerado. Seguindo esta mesma lógica, Rocha Coutinho (2003, 2005, 2009), através de suas pesquisas, traz evidências de que tanto o homem quanto a mulher apresentam traços do pensamento tradicional na divisão de papéis: a mulher responsável pela criação dos filhos e pelos cuidados do lar, enquanto o homem se mantém como principal provedor financeiro. Até nos casais considerados mais modernos no que diz respeito à divisão de papéis, após o primeiro filho, há uma tendência ao resgate dos padrões tradicionais aprendidos com as gerações anteriores (Biasoli-Alves, 2000; Brasileiro, Jablonski & Féres-Carneiro, 2002; Attias-Donfut, 2003).

Araújo e Scalón (2005) e Cyrino (2009) concluem também que, apesar de uma maior participação masculina nos cuidados com as crianças, a mulher ainda é considerada a principal responsável pelas tarefas domésticas e pela criação dos filhos. É curioso notar, que mesmo as mulheres assumindo uma dupla jornada de trabalho, muitas vezes deixando-as sobrecarregadas, as autoras constatarem um sentimento de resignação entre as entrevistadas. Elas não se queixam de injustiça, pois de acordo com Cyrino (2009), sobressai entre as pesquisadas a crença de certa fatalidade da participação desigual nas tarefas domésticas, “parecendo existir um senso comum de que essa situação é assim mesmo, de que é inevitável” (p. 81). No entanto, a diferença na divisão de afazeres pode contribuir para desentendimentos e frustrações no vínculo conjugal, levando em conta as expectativas irrealizáveis de um igualitarismo entre os gêneros (Jablonski, 2003; 2007).

Quanto à questão da sexualidade, seguindo as pesquisas de Jablonski (1998, 2003 e 2009), é possível perceber a existência de uma dupla moral. Os jovens, com frequência, expressam uma maior liberdade dos homens em relação às mulheres, tanto no que diz respeito à virgindade, como também às traições. Eles se sentem no direito de trair, mas não admitem relações extraconjugais por parte das mulheres, já as mulheres se mostram, de modo geral, contrárias à possibilidade de relações extramaritais para ambos os sexos. Goldenberg (2010) constata algo curioso na sociedade contemporânea acerca das relações amorosas: apesar de a fidelidade ser considerada um valor fundamental, homens e mulheres traem e são traídos com muita frequência. Em outros termos, o discurso não condiz com a prática: mais importante do que ser fiel é fazer de conta, fingir que é fiel.

Magalhães (1993) e Féres-Carneiro (1997, 2001) constataam que, enquanto para as mulheres o casamento significa “relação amorosa”, para os homens, o casamento é, sobretudo, “constituição de família”. Além disso, a mulher é quem geralmente fica responsável por “monitorar” a saúde emocional e a satisfação do casal (Sayer, 2005). Elas conseguem expressar e falar mais sobre seus sentimentos e suas expectativas no relacionamento do que os homens (Giddens, 1993). A significação atribuída ao casamento pela esposa e a responsabilidade pela qualidade afetiva do lar podem ser consideradas motivos que fazem com que a mulher tome mais iniciativa quanto ao pedido de separação do que o homem (Féres-Carneiro, 1995, 2003; AARP, 2004; Bair, 2007). Porém, antes de a iniciativa ser exteriorizada, é comum existir uma espécie de “segredo”, o qual um dos parceiros guarda quanto a sua insatisfação (Vaughan, 1991). Outro fator importante que pode influenciar no pedido de divórcio (já mencionado anteriormente) é a tendência à frustração da mulher devido a um *gap* entre a promessa de uma vida com mais liberdade e igualdade entre os gêneros e a realidade encontrada, como Jablonski (2003) explica:

“A prevalência de uma dupla moral sexual, a dificuldade exibida pelos homens em dividir as tarefas dentro do lar, limitações de salários e de real ascensão socioeconômica são alguns exemplos de como a mulher se encontra em uma espécie de meio de caminho” (p. 151).

Podemos afirmar que as desigualdades de gênero não foram abolidas, mas estão sendo, constantemente, redefinidas e redimensionadas. Fatores biológicos afetam a sexualidade, mas, de acordo com Jablonski (1998), a cultura e a sociedade influenciam muito mais. Assim, por estarmos vivendo em um momento de mudanças sociais rápidas, período em que modelos arcaicos convivem com ideais “modernos”, presenciamos também um período de questionamento em relação aos gêneros feminino e masculino. A mulher “não quer mais ser submissa, passiva e assexuada, e também não é ainda a mulher livre cantada em verso e prosa nos filmes, letras de música ou (...) na imagem popularizada dos grandes jornais” (p. 123). Já o homem, vivencia o que muitos autores chamam de “crise masculina”, por ele apresentar resquícios do machão... forte, viril e poderoso, tão conhecido na história da civilização e, ao mesmo tempo, querer penetrar mais na vida familiar e descobrir como se relacionar com a mulher emancipada do século XXI (Goldenberg, 2000).

Attias-Donfut (2004) questiona a relação entre as diferenças de gênero e o contexto da velhice: “o que resta quando finda a possibilidade de procriação e (o homem ou a mulher) se retira do mercado de trabalho?” (p. 97) Attias-Donfut, (2003) acredita no desaparecimento dos estereótipos entre sexos conforme as pressões sociais que reforçam as diferenças entre eles diminuem, como acontece na fase da aposentadoria. Assim, uma maior liberdade pode favorecer “a heterogeneidade interindividual dos comportamentos e dos tipos de personalidades” (p. 97), diferentemente de uma uniformização do indivíduo. As pessoas estariam mais livres para escolher aspectos femininos e masculinos, independentemente do sexo biológico, sem a preocupação dos estereótipos sociais. Como, neste trabalho, a velhice é um tema de extrema importância e o envelhecer hoje envolve diferentes paradigmas do que há cinquenta anos, daremos prosseguimento ao assunto na próxima seção. Levando em consideração que nossas entrevistadas estão na meia-idade e no início da velhice, abordaremos o que significa o processo do envelhecimento nos dias atuais em seguida.

3.2

O envelhecer na contemporaneidade

Tempo de maturidade vivido nestes tempos instigantemente contraditórios, que, a uma só vez coroa duas senhoras: juventude e longevidade. Corpo infantil almejando a juventude que almeja longevidade (...); desejo de viver muito, horror de ficar velho!
(Py & Shcarfstein, 2001, p. 123)

Apesar de o envelhecimento ser um processo inerente à vida, é muito difícil encontrar alguém, nos dias de hoje, que deseje envelhecer. Para muitos, este é sentido como uma experiência problemática, principalmente quando a imagem atrelada à velhice é de um período de doenças, desgastes, dores, sofrimentos, solidão, abandono, dependência física e econômica. Simone de Beauvoir (1990) [1970] aponta a dificuldade das pessoas em geral de se imaginarem envelhecendo, ou seja, “o adulto se comporta como se não tivesse que ficar velho nunca” (p. 11). Essa atitude pode ser considerada uma certa “ilusão de invulnerabilidade”, refletindo o desejo de se manter jovem, mesmo sabendo que tanto a velhice quanto a morte são inevitáveis (Levine, 2003).

O envelhecimento populacional é um fenômeno global que se inicia nos países desenvolvidos e se manifesta em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. Em termos demográficos, uma população envelhece quando há o crescimento na faixa etária mais avançada e diminuição da população mais jovem, resultando em uma idade média ascendente. Este fenômeno ocorre em função de uma menor taxa de fecundidade e de uma diminuição dos índices de mortalidade, tornando a expectativa de vida mais longa (Papaléo Netto, 2006).

O intenso processo de urbanização, verificado no Brasil principalmente a partir da década de 1960, é considerado o principal responsável pela redução das taxas de fecundidade e foi, justamente neste mesmo período, que a pílula anticoncepcional passou a ser difundida no país. A crescente longevidade brasileira tem sido evidenciada pelos avanços tecnológicos na área de saúde nos últimos 60 anos, como as vacinas, os antibióticos e os quimioterápicos, que tornaram possível a prevenção ou cura de muitas doenças (Nasri, 2003).

O envelhecimento populacional traz um forte impacto sobre as demandas sociais e econômicas, como as de educação e emprego, saúde e previdência social. Papaléo Netto (2006) enfatiza a necessidade de profundas transformações no

âmbito socioeconômico brasileiro, de modo que permita uma melhor qualidade de vida aos velhos e aos que se encontram no processo de envelhecimento. A nova configuração etária da população traz à tona a discussão do que é ser idoso. A Organização Mundial de Saúde – OMS define como idoso um limite de 65 anos ou mais de idade para os indivíduos de países desenvolvidos e 60 anos ou mais para os países em desenvolvimento.

O envelhecimento se estende desde o nascimento até a morte em um processo evolutivo natural, em que acontecem mudanças físicas, cognitivas e psicossociais. O velho, em seu corpo, traz marcas tanto externas quanto internas, visíveis e invisíveis, não podendo omitir, nem para si mesmo, nem para a sociedade, o passar dos anos. No entanto, o historiador Leandro Karnal (2009) acredita que vivemos hoje uma busca incessante pela juventude perdida. Na tentativa de retardar o envelhecimento, dependendo do poder econômico-financeiro, pessoas recorrem a diversos recursos físicos e químicos: cirurgias plásticas, reposição hormonal, procedimentos dermatológicos, suplementos, injeções, atividades físicas excessivas, entre outros. Tudo isso com o intuito de congelar o tempo e, assim, ter a ilusão de afastar a morte, que é para o historiador o maior medo que acomete a todos os seres humanos. A velhice, portanto, é uma lembrança ao homem de que se está cada vez mais próximo do fim.

Peixoto (2004) explica que a maneira de envelhecer é pessoal; tanto a velocidade, como a percepção desse processo vital irá variar de acordo com o histórico, auto-imagem e contexto cultural no qual o indivíduo está inserido. Reforçando essa idéia, a autora considera o envelhecimento “diferenciado segundo o grupo social e o sexo a que pertencemos” (p. 9), ou seja, o recorte de gênero e de status atravessa a velhice afetando, diferencialmente, homens e mulheres.

Attias-Donfut (2004) sugere, a partir de pesquisas realizadas junto à população francesa, o conceito de “paradoxo do envelhecimento feminino”, que trata o envelhecimento como um processo que afeta especialmente as mulheres (p. 89). Apesar da intensidade do fenômeno, a autora chama a atenção para o fato de que o referente para o estudo da velhice, geralmente, é masculino; e as diferenças entre os sexos, acentuadas na velhice, têm sido pouco analisadas. A maior sobrevivência feminina, como mencionado, pode ser percebida como uma

vantagem, mas, em contrapartida, as mulheres envelhecem em piores condições que os homens: as pensões de aposentadorias femininas são inferiores; e a viuvez é frequente, decorrente da diferença de idade entre os cônjuges (os homens em geral são mais velhos), que acaba por acentuar as dificuldades financeiras, sociais e psicológicas das mulheres. No entanto, “a aposentadoria é também mais claramente, para elas, a ocasião de desempenhar novas atividades centradas na satisfação de si” (p. 101). De acordo com Peixoto (2004), no Brasil, ainda não foram produzidos estudos tão profundos sobre aspectos do “paradoxo do envelhecimento feminino” como esse realizado na França. Porém, sabemos que as brasileiras, em média, também vivem mais do que os brasileiros, conforme mencionado anteriormente.

De uma forma geral, no ocidente, persiste o peso dos estereótipos sociais que desqualificam e inferiorizam o idoso, tornando a experiência de envelhecer mais complexa e problemática. Isso significa, nas palavras de Py e Scharfstein (2001), que “somos fruto desse contexto sociocultural que nos ensinou a temer a velhice (p. 129).” Segundo Papaléo Netto (2006), dentro do nosso cenário contemporâneo, ao mesmo tempo em que se potencializa a longevidade, discrimina-se o velho:

“(...) de um lado, defronta-se com o crescimento massivo da população de idosos, fruto do aumento da expectativa média de vida da raça humana, e, de outro, se omite ou adota mesmo atitudes preconceituosas sobre o velho e a velhice, retardando destarte a implementação de medidas que visam minorar o pesado fardo dos que ingressaram na terceira idade (p. 9).”

A partir da ideologia capitalista, a capacidade de produzir bens de consumo adquire grande importância. O velho perde o seu lugar, já que, nas palavras de Beauvoir (1990) [1970], principalmente na cultura ocidental, o “material humano só interessa enquanto produz” (p. 13). Nos dias de hoje, o jovem é valorizado como mão de obra mais efetiva e barata do que os de mais idade. Assim, os idosos saem, muitas vezes, em desvantagem pela representação negativa da velhice relacionada a características como a doença crônica, a incompetência, a dependência, a incapacidade física e mental. Logo, de acordo com Lins de Barros (2004), a sociedade contemporânea “elege a juventude como

idade-padrão” (p. 16), enquanto que a terceira idade é geralmente encarada como declínio e decrepitude.

Cabe aqui ressaltar que o culto à juventude é relativamente recente. Durante grande parte da história humana ocidental, os velhos foram vistos com reverência. Nas sociedades primitivas, as pessoas morriam cedo, e quem atingia a velhice era respeitado e valorizado pela sociedade. Antes da invenção da escrita, os mais idosos eram também os principais responsáveis pela transmissão da cultura pois contavam histórias e davam conselhos aos mais jovens (Papaléo Netto, 2006).

Segundo Schons e Palma (2000), o domínio do idoso na família e na sociedade começa a mudar depois da Revolução Industrial, momento em que importantes transformações ocorreram na estrutura familiar, nas relações de trabalho e nos valores morais e éticos. O que assistimos hoje é “uma inversão de valores”, nos termos de Papaléo Netto (2006, p. 9), potencializada ainda mais nas últimas décadas. De acordo com Stepanski (2007), a velhice é associada, no imaginário contemporâneo, à conservação e à tradição e não ao conhecimento funcional. Isso faz com que, na visão da autora, o ritmo acelerado de vida na era digital exclua o idoso conforme ele se opõe a valores como progresso, tecnologia e dinamismo. Dentro dessa lógica, em que as mudanças tecnológicas ficam cada vez mais rápidas, a ousadia passa a ser mais valorizada que a experiência dos mais velhos.

Diferentemente do estereótipo, no entanto, a velhice não é necessariamente um estágio melancólico da vida. Alguns estudos nos mostram que o envelhecer pode ser vivido de forma agradável e prazerosa. De acordo com uma pesquisa da Universidade de Chicago, publicada na revista *Época*, em 28/04/2008, a velhice é a fase em que as pessoas são mais felizes: “(...) com base em entrevistas a 28 mil pessoas, de 18 a 88 anos, entre 1972 e 2004; (...) (o estudo) concluiu que a vida fica melhor na percepção das pessoas conforme elas envelhecem.” O trabalho de Lins de Barros (2003), baseado em depoimentos de mulheres cariocas de classe média com mais de sessenta anos, corrobora o estudo americano mostrando que a velhice não impede a formulação de novos projetos. Por outro lado, o caráter transitório da existência e, com isso, a percepção da velhice como estágio próximo

à morte não só biológica, mas também social⁵, é que reforçam a elaboração e a execução de novos planos e metas de vida. Podemos supor que, após o cumprimento de demandas econômicas, sociais e familiares, como trabalho, casamento e criação dos filhos, alguns indivíduos tenham a possibilidade de dedicar mais tempo à realização de anseios e desejos.

Pode-se notar que o processo de envelhecimento na contemporaneidade traz uma série de novas condutas, conceitos e imagens que diferem das concepções tradicionalmente associadas às etapas mais tardias da vida. As novas formas de comportamentos veiculadas pela mídia criam um novo estereótipo associado à velhice e viável para o consumo: uma imagem homogênea associada à beleza, à força e à vitalidade (Stepansky, 2007). Assim, a ideia da eterna juventude é a bandeira levantada pelos mercados de consumo, que constantemente lançam produtos visando combater o envelhecimento. Segundo Lins de Barros (2006), é relevante considerar que, no contexto brasileiro, poucos são os idosos que possuem condições socioeconômicas para usufruir das novas tecnologias e estilo de vida que compõem esse novo perfil da terceira idade, dependendo então do Estado para prover recursos destinados à sua saúde e bem-estar.

É importante assinalar que este trabalho apresenta apenas um panorama geral a respeito do envelhecimento na atualidade. A relevância do tema se impõe pelo fato de que nossas entrevistadas se encontram na meia-idade ou velhice. A meia-idade pode ser vista como uma etapa transitória para a fase posterior sobre a qual refletimos aqui, a velhice. Na maturidade, não temos a vitalidade da juventude, mas ao mesmo tempo “ainda não sentimos as restrições do corpo velho” (Py & Shcarfstein, 2001, p. 123). A seguir discutiremos aspectos específicos da fase de transição do ciclo de vida, a meia-idade.

⁵ É um processo frequentemente lento que leva à progressiva diminuição dos contatos sociais, como também a perda do poder de decisão, autonomia e independência do indivíduo. A “morte social” traz o isolamento, a ausência de relacionamentos interpessoais e a incapacidade de estabelecer novos interesses (MOTTA, 1989).

3.3

A meia-idade: perdas e ganhos

De acordo com Margis e Cordioli (2001), a meia-idade se estende em torno dos quarenta aos sessenta anos e pode ser considerada uma fase comum a todos os sujeitos. Segundo os autores, esse é um período em que a pessoa faz uma avaliação sobre sua vida e projetos, examina suas atitudes e escolhas, ou seja, questiona seu percurso até ali.

Lachman (2004) pontua que as experiências de adultos de meia idade são tão diversas e variáveis em sua natureza e direção, que seu estudo se torna uma tarefa ainda mais desafiadora e complexa. No intuito de facilitar a investigação dessa fase, a autora propõe dividir a meia-idade entre precoce e tardia por se tratar de um período extenso e porque fatores como experiências, papéis sociais e saúde tendem a ser muito distintos de acordo com a faixa etária. No entanto, ela acredita que, mesmo partindo de uma idade cronológica semelhante, muitas pessoas estão em momentos diferentes em relação à vida social, familiar e profissional. Além disso, a importância de se pesquisar o assunto não é apenas em função do crescente aumento populacional de adultos na meia-idade⁶, mas também por este período ocupar grande parte do tempo de vida de um indivíduo.

As experiências da meia-idade incluem situações de perdas e ganhos (Baltes, Staudinger e Lindenberger, 1999), seu percurso é caracterizado por extrema complexidade nas áreas social, psicológica e física. As mudanças observadas no corpo, com a diminuição de funções e capacidades e, também, a morte de parentes e amigos da mesma faixa etária podem provocar angústia e receio, conforme sinalizam a proximidade da velhice. Mas, há também frutos e aquisições: mudanças psicológicas e sociais, que podem incluir melhor equilíbrio emocional, mais sabedoria e objetividade, além de maior senso de controle (Lachman & Bertrand, 2001).

É importante ressaltar que os adultos de meia-idade que compõem a população atual pertencem à geração dos *baby boomers*, que são aqueles que nasceram entre 1946 e 1964 (Zimerman, 2000). Essa nomeação ocorre em função

⁶ Os indivíduos de meia-idade representam aproximadamente um terço dos americanos, e respondem no Brasil por quase um quarto da população. (U.S. Bureau Of The Census, 2006), e 30% no Brasil (IBGE, 2000).

da taxa anual de natalidade que alcança níveis altíssimos após a Segunda Guerra Mundial nos Estados Unidos, como também no Brasil. Os *baby boomers* contribuem para várias mudanças fundamentais em aspectos culturais, comportamentais e econômicos do ocidente a partir da década de 1960: vivem experiências como a do movimento hippie, que busca o prazer e a liberdade; no Brasil, em função do golpe militar de 1964, o segmento é marcado pela luta contra a ditadura e por uma produção cultural resistente à censura; em torno de 1980, eles encontram seu caminho no mundo corporativo, potencializando sua capacidade de consumo (Ikeda, Campomar & Pereira, 2008). Assim, os *baby boomers* direcionam a economia ocidental conforme envelhecem com seu enorme poder de gasto.

Lachman (2004) destaca que uma das principais diferenças entre os *baby boomers* e as outras gerações é que eles representam uma coorte⁷ extremamente grande resultando, assim, em maior competição por recursos e empregos. A maior parte dos *baby boomers* opta por ter menos filhos e em uma idade mais avançada do que seus pais. Nota-se também uma preocupação do grupo com a aparência e uma dedicada precaução contra as alterações físicas associadas ao envelhecimento. São eles os principais consumidores de alternativas para a postergação do envelhecimento (Lachman & Firth, 2004). No entanto, nem todos apresentam esse tipo de preocupação, conforme compõem um segmento cultural e etnicamente diverso podendo variar muito entre si.

Voltemos para as pessoas de meia-idade, sem nos esquecermos as características que compõem a geração atual do grupo. Uma das teorias clássicas sobre a fase da meia-idade consiste no ciclo de vida de Erikson (1998). O autor reparte a vida do homem em oito estágios psicossociais, em que cada um corresponde à formação de determinado aspecto da personalidade. A meia-idade consiste na penúltima etapa, fase em que o indivíduo vivencia o conflito entre generatividade e estagnação. A generatividade incide não só na capacidade procriativa, mas também na responsabilidade de deixar alguma contribuição para a próxima geração, através de ensinamentos, ideias, arte ou literatura. A

⁷ Segundo Ikeda, Campomar e Pereira (2008), coorte é a designação de um grupo que passou pelos mesmos eventos externos na passagem para a maioridade. “Apesar do forte fator demográfico (idade), a segmentação por coortes é do tipo psicográfica já que visa à identificação de valores (p. 25).”

impossibilidade de desenvolvimento da generatividade resulta na estagnação; em vez de o indivíduo se ocupar com os outros, ele se perde em uma preocupação egocêntrica. Além disso, permanece demarcado pelo marasmo e se torna receoso para empreender mudanças necessárias mediante perdas e prejuízos inerentes ao avançar da idade.

Segundo Lachman (2004), é comum que o indivíduo, ao alcançar a meia-idade, olhe para trás no sentido de avaliar seu percurso até ali e também de considerar cuidadosamente o que vem a seguir. Para a autora, é saudável que a prioridade nessa fase seja aquilo que falta realizar e não aquilo que já foi ou que poderia ter sido. Embora aqueles que chegam à meia-idade estejam cientes de que o tempo está avançando, a maioria assume que ainda resta um período de vida significativo, embora limitado. Presumivelmente, a meia-idade quer dizer que chegamos à metade da vida - apesar de não sabermos quando será o ponto final - por isso, a expressão se trata apenas de uma estimativa. Esta situação de estar no meio da vida pode ser um impulso para a mudança, mas também pode resultar em uma crise.

Jacques (1965) cria a expressão “crise de meia idade” impulsionado pelos sentimentos depressivos decorrentes da consciência da inevitabilidade da própria morte, que surgiria por volta dos 35 anos. É importante ressaltar que, na época em que o trabalho foi escrito, a expectativa de vida era bem menor do que é hoje nas sociedades ocidentais. A noção desse período crítico de transformação se populariza e se torna rótulo para grande parte das mudanças que ocorrem nas faixas etárias que imediatamente antecedem e sucedem os 50 anos, “principalmente manifestações de insatisfação com o casamento e trabalho” (Costa, 2007, p. 56). Porém, pesquisas recentes mostram que eventos importantes como doença ou divórcio são fontes habituais de crises, independentemente da idade do indivíduo (Lachman & bertrand 2001; Wethington et al. 2004).

É interessante observar que, ao pedir às pessoas de todas as faixas etárias que associassem livremente o termo “meia-idade” a outro qualquer, geralmente um grande percentual respondeu rapidamente a palavra “crise” (Lachman, 2004). Isso provavelmente reflete um estereótipo cultural sobre o período, mas não um retrato preciso, já que apenas uma pequena porcentagem parece experimentar uma

crise de meia-idade ⁸ (Wethington et al. 2004). Assim, pode-se constatar que a crise da meia-idade não pode ser considerada como algo universal, mas sim uma particularidade vivenciada por algumas pessoas em certos contextos (Margis & Cordioli, 2001).

Aqui neste estudo enfatizaremos a meia-idade feminina com o intuito de compreender a fase de vida na qual se encontram nossas entrevistadas. Diversas autoras, ao mostrar interesse por assuntos relacionados ao tema, deparam-se com reações de rejeição (Beauvoir, 1990 [1970]; Coelho & Diniz, 2003; Mori & Coelho, 2004; Goldenberg, 2009). Talvez, exatamente por esse motivo, por se tratar de um assunto delicado, é que nos parece importante aprofundar a investigação.

No caso específico da mulher, uma etapa natural e esperada da meia-idade é a menopausa; Coelho e Diniz (2003) explicam que, “fisiologicamente, menopausa se refere à cessação definitiva da ovulação e menstruação” (p. 97). O termo “climatério” tem sido usado para designar o início dessa fase, momento em que a menstruação se torna irregular, perdurando até após a menopausa. Neste trabalho, utilizamos a palavra “menopausa” para designar todo o processo de alterações do ciclo reprodutivo vivenciado pela mulher.

Entre as manifestações de ordem orgânica da menopausa, encontram-se a perda da capacidade reprodutiva e algumas alterações sexuais, ondas de calor, ganho de peso, perda da elasticidade da pele, flacidez e aumento de risco de osteoporose; os sintomas psicológicos mais comuns são insônia, irritabilidade, depressão e ansiedade (Costa, 2007). Além dos aspectos biológicos e psicológicos, fatores de ordem sociocultural também estão presentes no período da meia-idade feminina; o envelhecer pode ser doloroso para a mulher, já que estamos inseridos em uma cultura que enfatiza a juventude, o corpo e a beleza física (Mori & Coelho, 2004; Goldenberg, 2009).

Juntamente com todos os aspectos que envolvem a meia-idade, é comum que, nessa fase, a mulher ainda se depare com a saída dos filhos de casa, vivência conhecida como “ninho vazio”. Em alguns casos, ela pode se sentir inútil e desvalorizada, principalmente nas situações em que o sentimento de identidade

⁸ Aproximadamente 26% dos participantes na faixa etária acima dos 40 anos relataram vivenciar uma crise de meia idade (Wethington et al. 2004).

encontra-se altamente investido na maternidade (Costa, 2007). Além disso, Coelho e Diniz (2003) acrescentam que o cuidado de pais idosos, propiciando a inversão de papéis, faz vir à tona, entre outras questões, a proximidade com a morte. Ainda segundo as autoras, essas questões relativas à vida familiar podem levar ao surgimento de depressão entre outros problemas emocionais.

Não podemos esquecer que a melhoria na expectativa de vida tem mudado a estrutura das famílias através de uma maior convivência entre várias gerações, resultando em longos períodos de troca de apoio e vínculos afetivos durante a vida (Silverstein & Giarrusso, 2010). Attias-Donfut (2004), ao considerar o papel tradicional da mulher de cuidadora e, ao mesmo tempo, o surgimento da sociedade multigeracional, chama a atenção para um novo perfil: a geração “pivô”. São as pessoas nascidas principalmente entre os anos 1950 e 1960, que enfrentam o que pode ser considerado um dos importantes desafios dos dias de hoje: cuidar, ao mesmo tempo, dos pais idosos, dos filhos e dos netos. A geração pivô foi educada pelos seus pais para o exercício de papéis tradicionais, sobretudo de gênero – os homens, como provedores; as mulheres, para serem boas mães e esposas. Assim, apesar dos princípios democráticos de igualdade pregados pela sociedade contemporânea, com certa frequência, o papel social feminino da geração pivô é o de cuidadora.

É curioso observar que, ao mesmo tempo em que papéis tradicionais permeiam valores e comportamentos da sociedade em geral, o aparato individualista também influencia as escolhas e vivências das pessoas independentemente da faixa etária. Assim, várias são as mulheres que apreciam cuidar dos filhos e netos de modo *ad infinitum*, encaixando-se perfeitamente no papel tradicional de cuidadora embora isso não seja uma regra. Bair (2007), ao entrevistar mulheres na meia-idade e velhice, constata a insatisfação de algumas em terem de arcar ainda com despesas financeiras de seus filhos adultos ou de deixar de fazer suas atividades para cuidarem do neto. Segundo a jornalista, “elas estão fartas de ter de paparicar os filhos e ficam ainda mais furiosas quando os maridos não compreendem por que elas se recusam a se tornar responsáveis, em tempo integral, pelo cuidado dos netos (p.236).” A recusa ou o descontentamento dessas mulheres ocorre, muitas vezes, em função de filhos adultos que ainda moram junto com os pais, ou seja, a “geração canguru” (Henriques, Jablonski e

Féres-Carneiro, 2004). No entanto, alguns desses filhos mais velhos apresentam condições financeiras para morar sozinhos, mas não o fazem. Outros, apesar de já terem deixado a casa dos pais, ainda esperam por um auxílio financeiro e dependem muito deles para que mantenham um estilo de vida desejado, sendo chamados, na obra de Bair (2007), de “fase adulta emergente”; em outros termos, “não são adolescentes... nem realmente adultos” (p. 235).

Em relação à vida afetiva e sexual das mulheres de meia-idade, ainda persiste certo preconceito, que é potencializado por uma atitude cultural sexista. A beleza e a jovialidade são aspectos mais exigidos na figura feminina do que no homem, o que permanece com o avançar da idade. Mais do que isso, grande parte das mulheres acabam internalizando uma crença de que elas são fisicamente atraentes e sexualmente desejáveis apenas em sua juventude (Calasanti & Slevin, 2001).

Conforme estudo de Carpenter, Nathanson e Kim (2006) sobre relacionamentos entre a faixa etária de 40 e 59 anos, a combinação do preconceito em relação às mulheres e aos mais velhos resulta ainda em maior desvantagem, particularmente, para as mulheres de meia-idade. De acordo com a pesquisa, um maior percentual de mulheres relatou não ter companheiro algum, além de constatar que o envelhecimento afeta precocemente e de forma mais intensa a vida sexual da mulher do que do homem. Para os autores, isso pode ser consequência não só de uma atitude mais conservadora das mulheres mais velhas acerca de sua sexualidade, mas principalmente por elas sofrerem uma discriminação dupla, sexista e negativa em relação à velhice (mesmo entre as próprias mulheres), através do discurso disseminado pela sociedade.

É curioso observar que, segundo uma pesquisa realizada com mulheres que escolheram cessar sua atividade sexual na pós-menopausa, elas não o fizeram em função de sintomas relacionados à menopausa, mas sim devido a problemas de relacionamento, saúde precária, relações abusivas do passado, ou a ausência de um parceiro (Winterich, 2003). Cabe lembrar que o avançar da idade não dessexualiza o homem ou a mulher; o que existe, na realidade, é uma constante transformação dos aspectos que envolvem a sexualidade humana durante toda a vida até a morte (Sousa, 2008).

Atualmente, têm-se percebido alterações no curso da epidemia da AIDS, e uma delas é o crescente aumento de número de casos entre as pessoas de meia-idade e idosos. A falta de hábito e a ausência de perigo de gravidez fazem com que as mulheres ou os seus parceiros dispensem o preservativo, expondo-os a diversas doenças sexualmente transmissíveis. O Boletim Epidemiológico de 2006 divulgado pelo Ministério da Saúde, mostra um crescimento significativo dos casos de Aids entre a população com mais de 50 anos no Brasil⁹. Alguns especialistas afirmam que o uso de medicamentos para a disfunção erétil tem intensificado a vida sexual nos períodos mais tardios da vida. Além disso, as pessoas mais velhas iniciaram sua atividade sexual numa época sem Aids; logo, fazer uso de preservativo não é algo ordinário para elas (Sousa, 2008).

Como mencionado anteriormente, o aumento da expectativa de vida e o crescente número de recursos disponíveis visando ao embelezamento e à saúde estão redefinindo o conceito do que é envelhecer. Os estados civis que, na prática, limitavam-se a três para as mulheres de meia-idade (solteira, casada e viúva), hoje convivem com modelos alternativos. Além disso, novas formas de se conhecer e de se relacionar, como por exemplo, através dos *websites* de relacionamento, são utilizadas muitas vezes pelo grupo de meia-idade e idosos. Bair (2007) pontua que o fenômeno dos *websites* de namoro para esse segmento cresce de maneira surpreendente. Um estudo da Universidade de Oxford, publicado no *website* “E-Harmony Labs” (14/02/2011), vem reforçar os achados da jornalista ao constatar que homens e mulheres de meia-idade (40 a 69 anos) foram os visitantes mais frequentes desse tipo de *website*. Assim, parece que grande parte das pessoas mais velhas está aberta às novidades no plano das relações sociais e íntimas.

É cada vez mais comum observar adultos que, na meia-idade, experimentam começar de novo a vida profissional e/ou afetiva (VEJA, 2003, 2005). Costa (2007) afirma que dois eventos comuns na meia-idade podem constituir um fator de grande sofrimento psíquico: o divórcio e a perda do emprego. Entretanto, o autor acredita que esses dois acontecimentos também podem representar uma oportunidade de reflexão e uma possibilidade de abertura para novos caminhos e realizações.

⁹ Nota publicada pelo portal “DST, AIDS E HEPATITES VIRAIS” em 2006 (www.aids.gov.br).

Enquanto a maioria dos adultos mais velhos é casada, tendências demográficas recentes sugerem crescentes chances de um indivíduo retornar a ser solteiro e permanecer assim por extensos períodos da vida decorrente de eventos como a viuvez ou o divórcio (Wu & Schimmele, 2007). Porchat (1992) ressalta que, quando o rompimento conjugal ocorre num período mais avançado do ciclo vital, além de todos os aspectos específicos que fazem parte deste período de vida, surge também de forma mais penosa um questionamento sobre os anos vividos no casamento, se foram anos perdidos ou não. Nas palavras da autora:

“Se o casal é jovem, há o sentimento de ter a vida pela frente, há a expectativa e disponibilidade para achar um outro parceiro e reorganizar sua vida; talvez então a separação não lhe pareça tão catastrófica. Se o casal está na idade madura, as dificuldades para esta reorganização costumam ser maiores. E o sentimento de solidão e abandono pode intensificar-se, assim como o sentimento de ter fracassado na vida e não haver mais tempo para uma recuperação” (p. 105).